

Estado e formação nacional: projeto de nação e seu fortalecimento em Celso Furtado e Golbery do Couto e Silva

Andre Paiva Rodrigues¹

Resumo

Considerado o período histórico compreendido entre a Revolução de 1930 e o governo João Goulart, pode-se perceber um complexo conceito da identidade do *ser nacional*. Este, constituído por intelectuais ligados a diferentes ambientes onde fluía a formulação de teses sobre o Estado nacional, exprime-se sob vários ângulos do pensamento político e das práticas político-partidárias. Procurando reconstituir a ideia de projeto nacional em Celso Furtado e Golbery do Couto e Silva, procuramos analisar os termos do relacionamento entre Estado, povo e identidade nacional, bem como o sentido e os objetivos deste debate num dos momentos de maior crise sociopolítica e econômica do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Brasil; Formação nacional; Pensamento social.

Introdução

Na primeira metade do XX empreendeu-se um esforço no sentido de reconstruir a imagem do Brasil, profundamente afetado por crises políticas e econômicas. No início deste século, as crises foram fortemente associadas à condução política empreendida durante a Primeira República, sendo necessário “uma nova forma de pensar o país, tirando-o daquela situação difícil e lançando-o ao patamar das grandes nações do mundo” (ANSELMO e BRAY, 2002, p. 112), ao mesmo tempo, que se atribuiu à incapacidade do Brasil de afirmar-se/constituir-se enquanto *nação* nos moldes dos modernos estados ocidentais.

Como resposta, produziu-se entre as décadas de 1920-50 uma gama de trabalhos genericamente conhecido no pensamento social como *estudos da formação nacional brasileira*, que buscaram dentro das mais variadas propostas teórico-metodológicas, uma interpretação da realidade nacional e do sentido de nação brasileira centrada em definições e relacionamento de categorias como *identidade nacional, Estado, povo brasileiro, unidade político-territorial*, etc., “procurando enfatizar nossa especificidade e tendo como

¹Pós-graduado em Política e Relações Internacionais (FESPSP). Contato: aprde@yahoo.com.br

horizonte a possibilidade de nossa constituição em nação”. (FERREIRA, 1996, p. 229).

As interpretações sobre a chamada formação nacional do Brasil contemporâneo procuraram explicar, conforme ressalta Sampaio Jr. (1999), as contradições que bloqueavam a plena integração do país à civilização ocidental. Em linhas gerais, tratou-se de identificar de que maneira a herança colonial e a posição subalterna no sistema capitalista mundial comprometeram a capacidade dos brasileiros de governar seu destino (Ibid., p. 415).

O pensamento em torno da formação nacional é sistematizado no contraste inerente às sociedades periféricas: a condição de atraso – descrita nos termos de uma sociedade subdesenvolvida, arcaica e/ou patriarcal, em suma, uma realidade que faz-se mister superar – e a condição de busca do moderno – por sua vez, identificado à situação socioeconômica e política das nações de capitalismo central, urbano-industrializados e de mercados capitalistas plenamente desenvolvidos. Assim, o desafio das sociedades que lutam pelo desenvolvimento nacional foi identificado à necessidade de superação de sua condição de atraso e, conseqüentemente, de aproximação das nações de capitalismo desenvolvido, via “importação” das experiências históricas de desenvolvimento socioeconômico da Europa Ocidental e Estados Unidos, associada ao ideal de funcionamento adequado do Estado nacional, como implementador de processos históricos responsáveis pela consolidação das bases materiais (produtivas, territoriais, políticas e institucionais) da sociedade moderna ou desenvolvida.

Neste contexto, sobretudo entre as décadas de 1920-30, a “questão territorial” (integração e ocupação de vastas áreas interiores) também se tornou fundamental para o discurso da formação nacional que germinava nas mentes de nossas classes dirigentes. Conforme esclarecem Anselmo e Bray (2002), o discurso territorial – que classificamos de geopolítico – teve um caráter muito particular, qual seja o de promover o projeto mais amplo de consolidação do Estado Nacional brasileiro e o lançamento do país entre as nações progressistas do mundo (Op. Cit., p. 110). Territorialidade e nacionalidade – elementos profundamente imbricados no contexto da formação nacional brasileira – constituem-se em estrutura significativa (Ibid., p. 110) que percorre toda a discussão de formação nacional.

É assim que a geopolítica – ainda que definida por outros termos – ganhará relevância no interior do pensamento social e político brasileiro; a questão territorial, definida nos termos de uma ocupação controlada pelo poder central, através da expansão das vias de comunicação, ganhará forma e densidade explicativa. Ainda, desenvolver-se-

á uma discussão referente aos obstáculos encontrados para a afirmação da autoridade estatal sobre um território continental, demograficamente rarefeito e sem identidade nacional, composto por regiões mal articuladas e desconexas entre si, carentes de um poder centralizado e de instituições administrativas capazes de agregar e fazer coincidir território, povo, política e economia regionais.

Considerado o período histórico compreendido entre a Revolução de 1930 e o governo João Goulart, pode-se perceber um complexo conceito de identidade do *ser nacional* que, constituído por intelectuais ligados aos diferentes ambientes onde fluía a formulação de teses sobre o Estado nacional, exprime-se sob vários ângulos do pensamento político (CABRAL, 2004) e das práticas político-partidárias. O sentido da formação nacional brasileira passará por esquemas explicativos centrados em *contradições nacionais*, isto é, entre anomia e organização social; setores econômicos moderno e arcaico; primazia do urbano sobre o rural; estado patrimonialista e moderno; entre centralização e descentralização do poder nacional, enfim “sempre presente, a relação dialética entre tradição e modernidade” (FERREIRA, 1996, p. 229). A elaboração destes conceitos e os termos de seu relacionamento serão determinantes para a formulação do objetivo de *construção nacional*, através da da formação de um país urbano-industrial como objetivo máximo a ser perseguido pelos homens de Estado, visando ao desenvolvimento socioeconômico e a inserção do país no mundo moderno.

Conforme ressalta Severino Cabral (2004, p. 20), ao erigir a modernização e a inserção internacional soberana do país como objetivos máximos a serem perseguidos pelos intelectuais e políticos, “abre-se caminho nos anos de 1950 para pensar o Brasil em toda sua dimensão geopolítica – sua realidade e consciência – e geoestratégica exponencial – o projeto nacional”, para quaisquer intelectuais ou correntes políticas envolvidas com a questão da formação nacional.

Do ponto de vista político, existiram os que refletiram sobre a questão da formação nacional a partir de uma perspectiva democrática e aqueles que o fizeram do ponto de vista de uma tradição mais oligárquica e autoritária (SAMPAIO Jr., 1999). Para além de suas enormes diferenças, o primeiro grupo vincula a construção do Estado nacional aos valores humanistas da era moderna, isto é, defende a extensão ao conjunto da população de melhores condições sociais, igualdade política, avanços técnicos e econômicos, sobretudo, “a ideia de que os problemas do país não serão resolvidos sem transformações socioculturais profundas, que criem as bases de uma sociedade equitativa e auto-referida” (Op. Cit., p. 416).

Em contraposição, o segundo grupo desenvolveu a ideia de construção nacional e fortalecimento do Estado como fins em si mesmo. Antes de condicionar a estrutura sociopolítica brasileira como meio de integração e melhoria das condições sociais, este grupo procurou estabelecer os meios do Estado expandir seu poder e controle sobre um vasto território e impor sua autoridade e ordem a uma “nova raça” oriunda da mestiçagem, bem como impor aos países limítrofes uma situação política vinculada a concepções ufanistas de paz hemisférica, segurança e defesa nacional – aquilo que propriamente se autodenominou *geopolítica brasileira*, insere-se neste último grupo.

Estes dois conjuntos de ideias irão definitivamente entrar em choque numa fase avançada da discussão acerca da formação nacional, já no início dos anos 60. Justamente no momento que o sentido acadêmico destas discussões está ausente, esvaziado pelo antagonismo político que caracterizou o período. A inflexão entre estes dois “blocos” de ideias refletirá necessariamente a postura política e o lugar social de seus protagonistas, divididos entre uma postura nacional-populista – representada naquele momento na defesa do governo João Goulart por grupos de centro-esquerda, pequena burguesia e setores médios urbanos – ou conservadora – representada pelas forças armadas, partidos de centro-direita, capital internacional, burguesia nacional internacionalizada (ou associada) e Igreja Católica.

Neste trabalho, a análise que empreendemos busca um conhecimento acerca do conceito de *formação nacional* elaborado a partir de dois intelectuais daquele período e escolhidos por expressarem pensamentos e posturas muito díspares: Celso Furtado e Golbery do Couto e Silva. Representando, cada um, um conjunto de atores e doutrinas em franca disputa pela hegemonia política do/no Brasil entre as décadas de 1950-60. Ambos, de expressiva influência política e intelectual, produziram um conjunto de visões do *ser nacional*, constituindo-se entre os principais nomes dos blocos de poder que surgiram e se antagonizaram radicalmente no âmbito das agitações sociais e políticas dos governos Jânio Quadros e João Goulart. Suas visões concebem projetos nacionais distintos, entretanto, no plano das relações internacionais concebem uma inserção do país soberana no jogo do poder mundial, com características independentes de pensamento político-ideológico e estratégico nacionais – inserindo-se, ambos, numa perspectiva propriamente geopolítica.

Celso Furtado e a noção de “construção interrompida”

Para Celso Furtado a questão da formação nacional passa pela constituição de uma economia nacional plenamente integrada, desenvolvida endogenamente, e oposta as características estruturais típicas do subdesenvolvimento, caracterizado por acentuada heterogeneidade estrutural em seus aspectos sociais e econômicos.

Assim, o projeto desenvolvimentista idealizado e defendido por Celso Furtado, e posto parcialmente em prática no âmbito do governo João Goulart (1961-64), tinha como objetivo a construção de um país social e economicamente modernos. Para o autor, a realização deste projeto na periferia do sistema capitalista passaria necessariamente pela esfera política nacional, já que historicamente é a ação do Estado que tem sido essencial para a promoção da modernização brasileira, desempenhando o mercado sempre um papel coadjuvante (FURTADO, 2002), diferentemente da experiência histórica e socioeconômica da maioria dos países centrais.

O eixo de sua interpretação articula-se em torno da relação contraditória centro-periferia, que impossibilitou ao país, por conta de sua posição periférica, consolidar um mercado interno e promover internamente o “centro de decisões” e “criatividade” nacionais, elementos fundamentais do processo de desenvolvimento econômico e social, sem o quais condenar-se-ia o país a um eterno estágio de subdesenvolvimento.

Para o autor, o subdesenvolvimento não se constitui uma etapa necessária do processo de desenvolvimento da formação econômica nacional, mas em uma situação particular, sob várias formas e em diferentes graus, resultante da expansão das economias capitalistas centrais, que buscam utilizar-se dos recursos naturais e trabalho das áreas de economia pré-capitalista (FURTADO, 2002), transformando-as em formas híbridas e pouco articuladas, fundamentalmente cindidas entre um setor internacionalizado e moderno – do ponto de vista da produção e do consumo – e um setor tradicional e arcaico – voltado ao mercado interno marcado pela autossuficiência/subsistência.

Na visão de Furtado, a dificuldade para se realizar a transição de uma economia colonial para uma economia nacional modernizada decorre da falta de rupturas efetivas com as estruturas políticas e econômicas do passado e do centro capitalista (SAMPAIO Jr., 1999), mantendo o país preso a laços de dependência e mimetismo, isto é, dependente do progresso técnico de produção e submisso aos padrões de consumo e circulação do capitalismo central.

Para além desta contradição fundamental, temos que historicamente a formação nacional esteve refém de aspirações políticas e de desenvolvimento distintas regionalmente, que sempre “jogaram” contra uma centralização plena e integrada de projeto nacional. Assim, “na formação da nacionalidade brasileira, tiveram relevância forças que conduziram ao centralismo político e outras que reivindicavam o federalismo (FURTADO, 1999, p. 46-47), de modo que a formação da nossa nacionalidade deu-se através dessa tensão na distribuição do poder político que redundou, bem ou mal, em um processo de industrialização por substituição de importações. Essa industrialização se inicia na fase de centralização política comandada por uma aliança nacional-populista, no período de 1930-64, mas que não se constituiu em um processo coerente e verdadeiramente racional de projeto de nação – daí a necessidade sempre presente do planejamento regional e da quase interminável força das oligarquias regionais no poder central.

A construção do projeto nacional-desenvolvimentista, resumidamente identificada como modelo urbano-industrial, foi interrompido em 1964 com o golpe militar que, a partir de então, neutralizou por duas décadas todas as formas de resistência e exacerbou as tendências perversas do nosso endividamento e dependência (FURTADO, 2002), já que através de uma situação de endividamento externo e concentração de renda sem precedentes, o regime militar levou ao limite as contradições entre modernização produtiva e as péssimas condições de vida da população – implantando, em detrimento da ideia de projeto econômico e nacional, “a fantasia geopolítica aberrante da ‘potência emergente’”. (Op. Cit., p. 32). Para o autor, o *pluralismo ideológico*, antítese do autoritarismo político-ideológico do golpe de 1964 (e de sua *fantasia geopolítica*²), alimenta as atividades políticas da sociedade nacional, e “requer criatividade no plano político, e esta se manifesta quando a percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva” (Ibid., p. 32). A política e os discursos autoritários vieram reforçar as estruturas de poder que operam em benefício de grupos hegemônicos conservadores e associados ao grande capital internacional, em detrimento de processos sociais e econômicos nacionais, identificados aos anseios coletivos e nacionalistas.

² Em clara oposição às concepções de Golbery do Couto e Silva, diz Furtado que as categorias de análise do geopolítico militar - o “nacionalismo” militar, a “segurança nacional”, “a defesa da família” e da “civilização cristã” - são exemplos de superideologias de função essencialmente moderadoras das tensões sociopolíticas, que “se invocam acima das estruturas de classe, a fim de impor maior disciplina social ou frear um processo de mudanças que ameçam interesses no quadro do pluralismo ideológico existente” (FURTADO, 2002, p. 64).

Com o advento da globalização e da política de responsabilidade fiscal e abertura do comércio externo, que mais ou menos coincidem com o final do período militar, reitera-se mecanismos de dependência e mimetismo sob o impacto da transnacionalização do capitalismo. O traço distintivo deste período emergente é o fim dos regimes de acumulação e comando endógenos, ancorados nos sistemas políticos e econômicos nacionais, reforçando, inclusive, o conjunto das heterogeneidades estruturais características das formações econômicas subdesenvolvidas, e da pressão externa desarticuladora do Estado nacional (FURTADO, 1992).

O avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos tende a agravar a distância entre os países centrais e periféricos, e mesmo no quadro de certas nacionalidades, com a divisão entre populações “marcadas por certas disparidades de nível de vida” (Op. Cit., p. 57), com especial destaque aos países da América Latina, dado o elevado nível de heterogeneidade cultural e atraso que acumularam suas economias e mercados nacionais exíguos.

Ao exigir uma forte liberalização e especialização da economia, as políticas de ajustamento e desestruturação financeira, fiscal e de comércio externo, impostas pelos mecanismos financeiros internacionais, retiram a capacidade das economias nacionais de conduzirem o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Em linguagem estruturalista, retiram do Estado e da sociedade nacional a *capacidade interna de decisões* e sua *criatividade* sociopolítica.

O desajuste da economia brasileira às imposições da ordem global colocam em risco a capacidade de controle e intervenção do Estado na economia e a articulação produtiva e comercial das regiões do país, reforçando o processo de difusão de valores do centro capitalista, exacerbando nossa dependência cultural: estilo de vida e padrões de consumo copiados pelas elites tradicionais, reforçando a tendência histórica à concentração de renda e a forte propensão a importar.

Simplificadamente, os padrões de consumo e de vida copiados por nossa elite geram um duplo desequilíbrio que impede um desenvolvimento econômico gerado endogenamente, afetando severamente a capacidade de afirmação e construção nacional brasileira; o primeiro, a crônica deficiência da capacidade de importar; o segundo, a insuficiência de poupança interna. Completa-se, assim, o quadro de destruição da ideia de *formação nacional* enquanto projeto de nação, surgindo em seu lugar aquilo que o autor identificou como “interrupção” de nossa construção nacional, nos termos de uma economia nacional articulada espacialmente e desenvolvida socioeconomicamente.

Golbery do Couto e Silva e os fatores políticos-estratégicos como instrumentos de formação nacional

Golbery do Couto e Silva foi importante político, militar e intelectual brasileiro, e procurou dar forma àquilo que Afonso Arino de Melo Franco chama na introdução da obra golberyana *Geopolítica do Brasil* (1967) de “incorporação do povo à nação”, através da interpretação política do Brasil e do contexto internacional de então. Para o autor, esclarece Franco, há uma visão quase mística de “um Ocidente ideal, Ocidente propósito, Ocidente programa” perseguido pelo general (Op. Cit., p. xiv), do qual ele tenta apreender seus aspectos geopolíticos com fins de estabelecer um programa que, através dos conceitos de poder e segurança nacional, tenta definir a formação nacional não pela constituição de uma economia nacional integrada socioespacialmente - como queria, por exemplo, o pensamento desenvolvido por Celso Furtado, a CEPAL e o ISEB), mas através de uma argumentação geopolítica e militar. Isto é, buscar:

(...)a fiel mensagem inscrita no modelado eterno do habitat imenso que nos coube humanizar e valorizar, para decifrar as linhas mestras de nosso destino geopolítico e entrever, em seus largos traços, a estratégia portentosa de toda uma hercúlea integração territorial, de nossa imperiosa projeção nacional e da não menos imperativa segurança contra ameaças externas de além-mar (COUTO e SILVA, 1967, p.3).

Muito mais que um sistema interpretativo do *ser* nacional, o traço principal das ideias do general Golbery foi a elaboração de um conjunto de ações políticas, dada sua destacada participação na mobilização “revolucionária” e na orientação de todos dos governos militares. Seus textos possuem, deste modo, acentuado caráter de ação estratégica, definido pelo autor como “um mínimo de segurança a atingir ou a manter, em função da natureza e valor dos antagonismos em presença (...) e um mínimo de bem-estar que se precisa assegurar em permanência” (Op. Cit., p. 13-14).

Para o general, o instrumento da ação estratégica numa era de guerras totais – a Guerra Fria – resulta na integração de todas as forças nacionais, “de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação, de toda sua capacidade espiritual e material, da totalidade dos meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que possa reunir para luta” (SILVA, 1967, p. 13). Eis o sustentáculo real, não apenas da ideia de nação, mas dos verdadeiros e imediatos interesses de uma nacionalidade. Neste caso, o ponto central para Golbery do Couto e Silva no que se refere à formação nacional é a

constituição de um *poder nacional* e seu fortalecimento, capaz de conduzir a sociedade civil a níveis adequados de segurança como instrumento e coesão e ação sociopolíticas (SILVA, 1955; 1967).

É este poder, suscetível de atualizar-se em prazos razoavelmente curtos, que deverá ser estruturado, orientado e mobilizado pelo Estado nacional para a eventualidade de uma guerra que venha a se concretizar – assumindo, a partir de então, sua componente essencialmente militar (SILVA, 1967). Quando não dispõe o Estado de tal poder – padecendo, de certo modo, de uma debilidade crônica enquanto formação nacional –, deverá a nação “imperativamente” fortalecer este poder, desenvolvê-lo adequadamente e por todos os meios, de modo que, levando-se em conta suas possibilidades e necessidades, “entre meios e fins, entre obrigações e recursos, não subsista um déficit fatal que pressagie, para a nação, a derrota e a servidão e a morte” (Op. Cit., p. 14). Fortalecer o poder nacional, em face de reais e potenciais exigências impostas pelo ambiente anárquico e hostil das relações internacionais, é um dever a que não se podem esquivar-se, de maneira alguma, Estado e sociedade.

A necessidade dominante deste parâmetro geopolítico é de inegável inspiração realista - hobesiana, maquiavélica e ratzeliana -, a saber, a segurança e o poder nacional impõe, como necessidade natural e inescapável, um delicado equilíbrio entre crescimento econômico e bem-estar social, sobretudo àqueles povos considerados à margem das regiões mais modernizadas do globo.

Comprimidos entre padrões de vida pouco elevados e inelásticos, o binômio bem-estar social e crescimento econômico deve estar sujeito à racionalidade do conceito de *segurança nacional*. Este impõe a inconveniência de uma economia extremamente destrutiva aos anseios desejados de desenvolvimento, necessitando sacrificar bem-estar em proveito de poder nacional e ação estratégica, orientando para estes fins a maior parte dos resultados e proveitos do crescimento econômico (SILVA, 1955; 1967).

Entretanto, na terceira e última parte de sua *Geopolítica do Brasil* (1967) – que condensa o conjunto de todo o seu pensamento político e estratégico –, o general Golbery do Couto e Silva deixa claro que não haverá como combater e sequer por em funcionamento uma teoria e política de defesa hemisférica e nacional com segurança de êxito contra o comunismo internacional em um contexto de subdesenvolvimento, estagnação e miséria crônicas – se fazendo necessário, portanto, um programa efetivo de industrialização e progresso material, condizentes e orientados a propósitos de poderio e segurança nacional dos países aliados.

O que realmente importaria, argumenta o general dentro de uma linguagem comum ao desenvolvimentismo democrático, seria “um rápido soerguimento de povos subdesenvolvidos a um nível elevado de bem-estar, de riqueza e de progresso”, fora do que ele chama de “doutrinação cínica” em favor do capital estrangeiro e das “teses cediças” do livre-cambismo, da divisão internacional do trabalho e da vocação agrícola (Op. Cit., p. 248), aproximando-se em tudo daquilo que foi definido como desenvolvimento de uma economia nacional moderna em Furtado e na CEPAL.

Ainda, para atender o “soerguimento de povos” contra o subdesenvolvimento e, conseqüentemente, contra “ameaças exóticas”, os EUA, como país líder do bloco ocidental, deve delegar um conjunto de responsabilidades militares e estruturar maciço apoio técnico, material e financeiro condizente com a importância estratégica e capacidades de defesa e ação militar de cada país, no qual o Brasil, pelo prestígio que goza no continente e pelo seu enorme fundo territorial e demográfico, além de sua inigualável posição geopolítica, ocuparia uma situação de “importância singular quanto à satisfação de todas [as] imperiosas necessidades de defesa do Ocidente”. (Op. Cit., p. 246).

Conclusão

Em linhas gerais, para Celso Furtado a questão da formação nacional passa pela constituição de uma economia nacional integrada social e territorialmente, o oposto das características estruturais do subdesenvolvimento. Para ele, a internacionalização e posterior desajuste da economia brasileira às imposições da ordem global – iniciada no regime militar com o processo de endividamento e financiamento externo – colocam em risco a capacidade de controle e intervenção do Estado na economia nacional, ao mesmo tempo, que desarticula comercial e produtivamente as regiões brasileiras, reforçando os aspectos típicos de heterogeneidade social e econômica dos extensos países subdesenvolvidos.

A internacionalização dos circuitos produtivos, financeiros e comerciais, em contexto de subdesenvolvimento, implica na especialização da economia brasileira em setores de baixo conteúdo tecnológico, dado o elevado grau de obsolescência das indústrias de base e de tecnologia, cuja competitividade internacional depende de uma superexploração do trabalho e do meio-ambiente.

Este fato inviabilizaria o setor industrial nacional como polo dinâmico e integrador da economia e do território, delegando ao setor internacionalizado de nossa economia a

ordenação das atividades de comércio externo e inter-regional e da produção (investimentos, inovação e nível de produtividade do sistema, controle e padrão de produção e consumo, graus e mecanismos de integração econômica regional, etc.), colocando em risco a própria ideia de formação nacional já que em um país ainda em formação:

(...)a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase que necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e a formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional (FURTADO, 1992, p. 35).

Diferentemente das ideias de Furtado, o general Golbery do Couto e Silva enxerga nos instrumentos da ação estratégica – isto é, os meios militares e diplomáticos de poder e segurança nacional – os mecanismos de coesão e ação sociopolíticas capazes de “incorporação do povo à nação”, agindo naquilo que definimos como formação nacional. A ideia de formação nacional desloca-se radicalmente de sua argumentação socioeconômica, ou seja, de constituição de uma economia nacional integrada e endogenamente gerida, para uma argumentação político-estratégica, baseada na constituição de um poder nacional capaz de responder prontamente, interna e externamente, às ameaças ao Estado.

O general condiciona, deste modo, à emergência da nacionalidade brasileira ao controle, fortemente centralizado, de seus fundos territoriais e humanos, bem como concebe um sistema socialmente ordenado à ideia de um “Brasil potência”, onde o Estado nacional não passa de um instrumento de defesa para proteger a coletividade e seu território rico em recursos naturais e de ilimitada potencialidade econômica, das ameaças comunistas e reformas sociais profundas (teorias “exóticas”) defendidas por setores internos. Ainda, pensada como um centro de poder, a formação nacional é concebida como um meio de defesa de valores e relações profundas do povo brasileiro com o Ocidente – seu berço cultural.

Por fim, faz-se necessário acrescentar que para ambos os autores, o Estado é o artífice do *ser* nacional, seja em seus aspectos políticos ou econômicos. Apenas os instrumentos de comando e intervenção estatais são capazes de produzir um desenvolvimento das forças produtivas e o bem-estar social, reconfigurar os termos de sua inserção internacional e, sobretudo, fazer coincidir e relacionar os fenômenos de

identidade nacional, Estado, povo e território em um único horizonte social, e promover, pois, a plena integração do país à civilização moderna.

Referências

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza; BRAY, Carlos Silva. Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. GERALDI, Lúcia Helena de Oliveira; MENDES, Landara Alves (Orgs.). *Do Natural, do Social e de suas Interações: visões geográficas*. Rio Claro: UNESP, 2002.

CABRAL, Severino. *Brasil megaestado. Nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FERREIRA, Gabriela Nunes. A Formação Nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, número 37, 1996.

FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. *Revista Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. VI, número 16, 1996.

_____. O fator político na formação nacional. *In: Revista Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. XIV, número 40, 2000.

_____. Em busca de novo modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da formação nacional. FIORI, José Luís. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Golbery do Couto e. *Planejamento Estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

_____. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

Recebido em Abril de 2012.

Publicado em Julho de 2012.